PINGA-FOGO

■ **BAIANO OU MINEIRO NO STF - A vaga do ministro Luís Barroso já começa a ser disputada. Na posse do STF, o comentário era sobre as chances do ministro Bruno Dantas, do TCU; ou do senador Rodrigo Pacheco. Em outros tempos as relações empresariais do baiano Dantas pesariam contra. Hoje, viraram predicados. Já o mineiro Pacheco tem Davi Alcolumbre como forte padrinho. O jogo está sendo jogado.**

■ RINHA DE GALO NO STF - O ministro Luís Barroso tem chances reais de pegar o boné. O clima no STF não anda nada agradável e os bastidores ficam cada dia mais azedos. Ele anda de saco cheio. Em uma recente rusga entre dois ministros, o que se sentiu ameaçado pelo estreante, retrucou: "quero lhe lembrar que eu sou bem mais novo. Quando você se aposentar, eu continuarei ministro por um longo tempo". As ameaças pararam na hora.

■ **DEMISSÕES E PERSEGUIÇÕES NA FIRJAN - Depois de desagradar todos os integrantes do primeiro escalão do Governo do Estado, que estavam presentes no último almoço empresarial do LIDE RJ, com uma palestra terceirizada, na qual o seu preposto traçou um assustador quadro sobre a realidade fluminense, o novo presidente da Firjan, Luiz Césio Caetano, demonstrou não ter o mínimo preparo para aguentar críticas. O registro feito na coluna gerou uma reação desproporcional do novo dirigente empresarial, que demonstra não compreender a função pública que exerce e as possíveis críticas que pode receber por sua atuação pública.**

■ Luiz Caetano, entretido pela degustação do prato que começou a ser servido enquanto estava no púlpito, fez a introdução, repassou a palestra ao colaborador e retornou à mesa a tempo de provar o delicioso filé da cozinha do Fairmont, deixando seu assecla massacrando a imagem do Rio para possíveis investidores.

■ **Depois de ter ocupado um papel secundário na gestão anterior, o executivo da Refinaria Nacional de Sal S/A, a Sal Cisne, Luiz Césio Caetano foi escolhido para assumir a entidade. Foi só sentar na cadeira para apresentar uma postura bem diferente da fase de transição. Ser presidente da Firjan não lhe garante imunidade a críticas, sejam internas ou externas. Neste seu voo de Cisne, ele está redesenhando a fábula do patinho feio que vira Cisne. O que assistimos é um Cisne virando patinho feio por atitudes mesquinhas como a demissão que promoveu afastando hoje antigos e valorosos colaboradores.**

■ Foram demitidos da Firjan nesta segunda-feira: o ex-embaixador Frederico Araújo, que ocupou as embaixadas do Brasil em Santiago, Austrália, Bolívia; a Ex-chefe cerimonial do Presidente Fernando Henrique Cardoso, Beatriz de Vicq, que ocupava a chefia gabinete da presidência; Ângela Cunha, assessora de Relações com Associados; e Tatiana Ávila, assessora internacional da entidade. Todos afastados de uma só vez. Perde a entidade colaboradores de peso e depois se dizem incomodados quando a Imprensa registra que a Firjan se apequenou.

■ **Sobre a matéria publicada pelo Correio da Manhã, Luiz Caetano emitiu o seguinte comentário, esquecendo de lembrar que o jornal estava presente ao evento no qual ele trocou a chance de fazer uma palestra para uma plateia repleta de empresários e preferiu retornar à mesa principal para degustar o delicioso almoço. Mesa que tinha a presença atenta da direção deste Jornal:**

■ "Prezados. Diante desta matéria danosa à Firjan de 26 último no Correio da Manhã, com ataques grosseiros, desrespeitosos, falaciosos e facciosos à Instituição, a Colaborador e ao Presidente, e após reflexões dos acontecimentos preteritos e recentes, e ainda as investidas contra a Firjan e a nossa gestão, determinei hoje medidas para limitar estas ações e influências lesivas ao ambiente da Casa. Medidas que entendi minimamente e absolutamente necessárias neste sentido. Atte. Luiz Césio Caetano".

■ **Ele rebate afirmando: "ataques grosseiros, desrespeitosos, falaciosos e facciosos a Instituição". Neste ponto foi verdadeiro. Não classificou como inverídicos. Já que toda a sua rápida passagem pelo púlpito, retornando ao almoço, foi gravada, assim como as telas exibidas com ataques ao Rio pelo seu preposto.**

■ Curiosa vai ser assistir a reação dos acionistas da Refinaria Nacional de Sal S/A, a Sal Cisne, em ver o seu colaborador implodindo a entidade que passou a dirigir de forma voluntária, já que o cargo não é remunerado. O que seria um momento de orgulho para a companhia, vai virar uma encenação grotesca de "A Morte do Cisne", o famoso solo de balé coreografado por Mikhail Fokine para a bailarina Anna Pavlova em 1905, com a decadência precoce de uma gestão que ficou velha rapidamente.

■ **FIRJANJA - O tímido Luiz Césio Caetano manteve a sua renda familiar ligada aos cofres da entidade que preside. A Federação das Indústrias do Rio de Janeiro tem a sua versão local da primeira-dama, Janja da Silva. Apesar de recomendações, ele não incluiu na lista de demitidos a sua esposa Kátia Turra Matouk, que também tem o sobrenome Caetano Alves.**

■ Ela está a pleno vapor no papel de primeira-dama, inclusive se contrapondo a vice-presidentes e diretores. Ela teria participado ativamente da elaboração das listas de demitidos e desta primeira leva. Um clima de FIRJANJA, que contraria qualquer regra de compliance. Ela ocupa o cargo de Gerente Firjan II. Está na Federação há 26 anos e há 10 casada com Caetano.

■ **Ouvido pela coluna, um especialista de compliance considera que não é de bom tom que o presidente de uma entidade, que vive de contribuições associativas e de verbas oriundas do sistema S, tenha o seu cônjuge em função remunerada pela entidade. O correto seria uma licença sem vencimentos para a primeira-dama, enquanto durasse o mandato do marido, que pelo andar da carruagem deverá ser de um só período de gestão.**

Conselho de Contribuintes do Município do Rio celebra 50 anos de criação

MAGNAVITA
claudio.magnavita@gmail.com
@colunamagnavita

CM

Na foto, os integrantes do Conselho de Contruibuintes do Município do Rio junto ao decano Alfredo Lopes

Neste 29 de setembro de 2025, o Conselho de Contribuintes do Município (CCM) completou meio século de existência, celebrando uma trajetória marcada pelo compromisso de harmonizar o interesse público e a justiça tributária, promovendo decisões técnicas, imparciais e pautadas pela legalidade. Integrante da estrutura da Secretaria Municipal de Fazenda, o órgão atua no julgamento, em segunda instância, de recursos voluntários e ex officio interpostos contra decisões finais proferidas pela primeira instância, referentes a processos administrativo-tributários de natureza contenciosa envolvendo ISS, IPTU, ITBI e Taxas municipais.

A criação do Conselho foi prevista no primeiro Código Tributário do Município do Rio de Janeiro (CTM), instituído pelo Decreto-Lei nº 6, de 15 de março de 1975 — mesma data da fusão do antigo Estado do Rio de Janeiro com o Estado da Guanabara. Posteriormente, em 22 de julho de 1975, os artigos 46 a 50 do Processo Administrativo Tributário (PAT) definiram sua composição: oito Conselheiros, sendo quatro representantes do Município e quatro dos Contribuintes, configuração que permanece até hoje. O início efetivo de suas atividades ocorreu em 29 de setembro de 1975, com a publicação do primeiro Regimento Interno.

Ao longo dessas cinco décadas, o Conselho contou com ilustres Conselheiros e Representantes da Fazenda, como Abdias do Nascimento, Aziz Ahmed, Benedito de Azevedo Barros, Denise Camolez, Miguel Grimaldi Cabral de Andrade, José Cid Fernandes Filho, Julio Cesar Catalano, Pedro Gomes Valente, Rivadávia Maya e Vera Lucia Ferreira de Melo Henriques. Destacam-se ainda os saudosos professores e juristas Ricardo Lobo Torres e Fernando da Costa Guimarães — este último atuou por 35 anos no Conselho e foi homenageado postumamente ao dar nome ao Plenário do CCM, espaço onde são realizadas as sessões públicas de julgamento.

"O que vemos nestes 50 anos é um legado construído com o trabalho e a dedicação de Conselheiros, Representantes da Fazenda e servidores que, ao longo das décadas, transformaram o órgão em referência no âmbito administrativo-fiscal do país. Para exemplificar, lembramos o terrível quadrante da pandemia de Covid-19, que paralisou uma parcela expressiva dos serviços públicos em todo o território nacional. No entanto, para não interrompermos a prestação de serviços aos cidadãos contribuintes, viabilizamos os chamados julgamentos virtuais, sendo pioneiros desta prática administrativa no país", declara o atual presidente do Conselho de Contribuintes Fernando Miguez.

Atualmente, a composição do Conselho de Contribuintes reúne juventude e experiência, garantindo inovação, eficiência, qualidade e segurança jurídica em suas decisões. São Conselheiros Titulares, em ordem alfabética: Alfredo Lopes, Berith Santana, Fernando Miguez, Hevelyn Brichi, Iuri Francescutti, Marco Antonio Macedo, Rafael Rodrigues e Renato Bravo. São Conselheiros Suplentes: Abel Pinheiro, Andrea Veloso, Ângela Medeiros, Eduardo Gazale, Gabriel Abrantes, Maria Nazaré Monteiro e Marcio Breno. São Representantes da Fazenda: André Brugni, Murilo Vasconcelos, Rachel Guedes, Sidney Leonardo e Tiago Campos.

O Conselho é presidido por Fernando Miguez Bastos da Silva, Auditor Fiscal com 40 anos de serviços prestados à Prefeitura do Rio, dos quais 25 dedicados ao contencioso administrativo-fiscal. O vice-presidente é o Procurador do Município Marco Antonio Ferreira Macedo, ex-Procurador-Chefe da Procuradoria Tributária. A Secretaria do CCM é conduzida por Claudia Bernardo Corrêa Lima, Agente de Fazenda que exerce a função há 23 anos de forma ininterrupta.

"O Conselho de Contribuintes do Município do Rio de Janeiro seguirá sua missão no sentido de assegurar justiça fiscal, equilíbrio e transparência na relação entre o Fisco e a sociedade, consolidando-se como um espaço democrático de diálogo, garantindo ao contribuinte carioca o direito de defesa e colaborando para o fortalecimento da cidadania tributária. Temos muito orgulho em contar com esta trajetória de credibilidade, respeito e compromisso com a sociedade carioca. Que os próximos anos tragam avanços e conquistas adicionais em prol dos cidadãos contribuintes de nosso Município", afirma Fernando Miguez.

Fernando Molica

As razões de Eduardo Bolsonaro para ser radical

A postura radical do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) faz sentido: ele, seu pai e seus irmãos temem uma diluição do bolsonarismo na geleia geral da política brasileira.

Isso comprometeria a identidade da extrema-direita no sempre bem-servido prato feito que mistura altas doses de patrimonalismo com leves temperos de conservadorismo — de ismo em ismo, o Centrão enche o papo. Eduardo também briga com irmãos e madrasta pelo espólio eleitoral do pai.

O bolsonarismo é radical, excludente, violento e que precisa de inimigos, reais ou imaginários, bem definidos (Paulo Freire, Lei Rouanet, globalismo, petismo). Assim como outros movimentos semelhantes gerados a partir do início do século XX, não foi criado para oferecer uma perspectiva de pacificação ou de composição, mas para brigar.

Para sobreviver e crescer, tem que rejeitar a conciliação. Precisa da tensão, do ódio, de um estado permanente de luta. Tem necessidade de cultivar o medo em relação ao outro, o diferente. Daí o encaixe do bolsonarismo com a lógica religiosa cristã, de luta do bem contra o mal, de Deus contra o diabo — não há MDB que consiga articular acordo de convivência entre estes dois opostos.

Na Presidência, para garantir que não seria deposto e para se livrar da trabalheira do cargo, entregou a administração para o Centrão, mas manteve o controle da cara do governo. Deixou que os aliados fizessem suas farras na Codevasf e se lambuzassem com as emendas, mas foi rígido com temas capazes de traduzir seu jeito de interpretar o mundo. Foi assim na parceria com o coronavírus, na transformação da Polícia Rodoviária Federal numa espécie de milícia pessoal.

A implicância de Eduardo com Tarcísio de Freitas (Republicanos), faz, assim, todo o sentido. Eleito graças à bênção de Jair Bolsonaro, o governador de São Paulo busca representar uma versão moderada do movimento capitaneado pelo ex-presidente, como se fosse possível traçar uma reta meio curva. Faz carinho na Faria Lima ao mesmo tempo que mantém o fornecimento de carne crua para as multidões ávidas de sangue.

Diferentemente do PT, que sempre buscou se mostrar confiável ao que se convencionou chamar de "sistema", o bolsonarismo precisa manter sua fama de não domesticável. Nisto, tem uma vantagem: até por ser um movimento de direita, comprometido com o capitalismo, sobre ele não pairam suspeitas de socialização dos meios de produção.

Para ganhar eleições, o sindicalista Lula aparou a barba, passou a usar ternos elegantes; a guerrilheira Dilma Rousseff emagreceu, fez harmonização facial, modernizou penteado e optou por óculos de armação mais leve. Para conquistar maioria no Congresso, o PT abriu mão do discurso de cobrança de honestidade que levara Leonel Brizola a chamá-lo de UDB de tamanco e macacão. A convivência com o lado podre da política cobrou seu preço até mesmo no PT, teve gente que, de tanto brincar de princesa, acostumou na fantasia.

O problema do bolsonarismo é outro. O grupo não está nem aí para as estrepolias do PL-raiz, para a contabilidade criativa que caracteriza o Centrão — vale tudo, desde que o núcleo ideológico seja preservado.

Apesar da aproximação com igrejas evangélicas, desde sempre caracterizadas pela descentralização, o bolsonarismo atua mais como o Vaticano e suas doutrinas rígidas e inegociáveis — sua Bíblia não admite interpretações.

Na dúvida, manda para a fogueira adversários ou aliados que costeiam o alambrado. Numa dessas, pode se queimar feio, mas isso é do jogo. O que não quer é perder o fogo, propriedade de um determinado mito que não pode ser compartilhada com mortais.